

Saúde suplementar

ANS ouvirá entidades médicas

A Agência que regula os planos de saúde convida o CFM, a AMB e a Fenam a contribuir na discussão que deve resultar em melhoria dos honorários médicos

O Conselho Federal de Medicina (CFM) integrará grupo de trabalho da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para debater o problema dos reajustes dos honorários médicos. O grupo também analisará a implementação da Classificação Brasileira de Honorários e Procedimentos Médicos (CBHPM) como referência na saúde suplementar.

Em atitude inédita, a diretoria da ANS convocou as entidades médicas nacionais – CFM, Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação

Nacional dos Médicos (Fenam) – e instituições privadas (operadoras, seguradoras de saúde, empresas de autogestão e Unimed Brasil) para debater o assunto. O encontro aconteceu em 8 de fevereiro, no Rio de Janeiro (RJ).

O 2º vice-presidente do CFM e coordenador da Comissão de Saúde Suplementar, Aloísio Tibiriçá Miranda, enfatizou a necessidade de um reajuste anual, como previsto em lei, e cobrou posição mais forte da Agência. “A ANS tem um comportamento assimétrico com médicos e

operadoras. Esperamos que esse grupo avance concretamente, pois o resultado deste trabalho é fundamental para a qualificação da assistência suplementar”, disse.

Para o representante da AMB, Florisval Meinão, a situação de desigualdade reflete diretamente no atendimento. E explica, por exemplo, que os médicos evitam realizar procedimentos cujos valores estão defasados. Um dos casos é a cirurgia de adenóide pediátrica, que remunera R\$ 80.

“O valor que eles [os médicos] vão receber é baixo e existe enorme risco para o profissional”, conta. Segundo Meinão, a ANS não pode ficar ausente na relação médico-paciente, omitindo-se contribuir para eliminar esse quadro.

Guias atenderão normas do CFM

A colocação do diagnóstico codificado (CID) e o tempo de doença não mais constarão nas guias de consulta e exames da Troca de Informações em Saúde Suplementar (Tiss). As mudanças atendem à Resolução 1.819/07, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que garante o direito constitucional à intimidade, à vida privada e ao sigilo médico, previstos pelo Código de Ética Médica.

“Com tal exigência, algumas operadoras poderiam utilizar esse artifício de forma anti-ética”, aponta Aloísio Tibiriçá Miranda, 2º

vice-presidente e coordenador da Câmara de Saúde Suplementar do CFM. As mudanças incluem ainda a unificação, padronização e redução no número de campos das guias.

A aprovação aconteceu na última reunião do Comitê de Padronização de Informações na Saúde Suplementar (Copiss), da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da qual participam as operadoras e os prestadores de serviço, em 8 de fevereiro. Na sequência, o tema foi discutido pela Comissão de Saúde Suplementar (Comsu).

Oftalmologia

Diretrizes podem reduzir espera por córneas

A Câmara Técnica de Oftalmologia do Conselho Federal de Medicina (CFM), em parceria com o Sistema Nacional de Transplantes (SNT), vinculado ao Ministério da Saúde, definirá as diretrizes que poderão ajudar a reduzir a fila de transplantes de córneas no país. O objetivo é sensibilizar os 5.508 oftalmologistas do Brasil, tornando-os agentes de captação e, principalmente, garantir-lhes boa estrutura de trabalho.

Há dois pontos que podem contribuir nesse processo: o convencimento das famílias sobre a importância da doação, etapa fundamental

no processo de captação de órgãos e tecidos humanos, e a viabilização de infraestrutura para que a equipe médica tenha condições de realizar as cirurgias.

Para os integrantes da câmara técnica, a superação desses problemas enfrenta maiores dificuldades fora dos grandes centros urbanos. O coordenador dos trabalhos, José Fernando Vinagre, explica que o Colégio Brasileiro de Oftalmologia (CBO) produzirá um projeto que prevê mobilização do CBO e todas as filiais no sentido de agilizar o processo de transplantes no país.

Cirurgia plástica

CFM prepara protocolo de segurança

A Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do CFM decidiu elaborar um protocolo de segurança para cirurgias plásticas, uma espécie de *checklist* de segurança. O documento poderá abranger orientações de indicações cirúrgicas, exames pré-operatórios, anestesia e infraestrutura. O projeto será implementado em parceria com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

Antonio Gonçalves Pinheiro, coordenador dos trabalhos, explica que a proposta será apresentada durante o XI Simpósio Internacional de Cirurgia Plástica, previsto para 19 a 21 de março, em São Paulo (SP), e na 22ª Jornada Centro-Oeste de Cirurgia Plástica, nos dias



Checklist: as medidas que constarão do protocolo de segurança beneficiarão médicos e pacientes, contribuindo para melhorar a qualidade da assistência

2 a 4 de abril, em Campo Grande (MS). “

“A iniciativa do CFM agrega valores maiores aos já existentes, por se tratar de um órgão soberano de nossa profissão. Mas a luta contra a imperícia e a negligência já era prioridade da diretoria da SBCP”, ressaltou o presidente da entidade, Sebastião Nelson Edy Guerra.

Além do protocolo, outras ações para coibir

práticas irregulares já estão sendo adotadas pelo CFM, em parceria com o Ministério Público. Uma delas é o monitoramento de cursos que não têm condições de formar profissionais qualificados para a prática. “Vemos disponibilizados cursos de lipospiração de final de semana, com um dia de atividade teórica e dois de prática. Isso não qualifica nenhum médico”, ressalta Pinheiro.